



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 32ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 23 de maio de 2016, com início às nove horas e quarenta e um minutos sob a presidência do vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta à sessão e solicito ao senhor secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Ofício nº 10/2016/JM/CMC do gabinete do vereador Jorge Menegatti, informando ausência nesta sessão. Projeto de lei nº 44/2016. Projeto de lei nº 45/2016. Projeto de lei nº 46/2016. Parecer nº 11 favorável da Comissão de Trabalho e Legislação Social ao Projeto de lei nº 43/2016. Parecer nº 82 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 43/2016. Inscritos para o pronunciamento do grande expediente, os vereadores: Celso Dal Molin, Luiz Frare, João Paulo de Lima, Romulo Quintino, Rui Capelão e Cláudio Gaitero. – Presidente: Finda está à matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**: – Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. – Vereador Cláudio Gaitero: Questão de ordem. Gostaria que se tramitasse esse Projeto do Executivo o mais rápido possível, pra que possamos votar semana que vem este Projeto, que vem fazer juízo a uma empreiteira da cidade de Cascavel que não terminou as obras. E infelizmente, afundou a inauguração dessas 2 obras tão importantes pra Cascavel, no que tange a saúde. Eu gostaria se possível que o senhor deliberasse junto com as Comissões, para que nós possamos votar na segunda e na terça da próxima semana. – Presidente: Senhores vereadores, em especial os presidentes das Comissões, eu pediria que se possível, pudéssemos dar os pareceres ao longo dessa semana, para que o Projeto fique pronto aí, pra pauta para semana que vem. Então se tiver os pareceres, colocaremos em votação na segunda-feira. - Vereador Rui Capelão: Questão de ordem. Estivemos fazendo uma análise sobre o Projeto nº 26 deste vereador, em que observamos uma série de irregularidades no parecer. O parecer inclusive, de uma das Comissões é totalmente favorável; só que lá onde deveria está escrito: “a Comissão é favorável ao Projeto”, coloca que é “contrário”. Quer dizer, não há como você colocar um projeto favorável, descrever tudo como favorável e lá no fim você assinar o Projeto e colocar contrário; portanto, eu gostaria que fosse revista essa decisão, porque isso aí eu acho que desmotiva, desrespeita até os próprios vereadores. É uma questão bastante complicada e o senhor poderia ajudar nisso, bem como a Comissão que assinou este parecer. É o Projeto nº 26 que trata sobre o Calendário Oficial do Município de Cascavel, no dia 12 de junho, como o aniversário do bairro Floresta. – Presidente: O Projeto já recebeu os pareceres contrários, é isso? - Vereador Rui Capelão: É. Na verdade, ele recebeu parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação, mas no



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

entanto o parecer é todo favorável e; eu não sei porque só trocaram a palavra favorável por contrário. Se o Projeto é todo descrito como favorável, então não há uma questão assim de se considerar como parecer contrário. – Presidente: Na verdade, a presidência não tem como passar por cima de uma decisão da Comissão da CCJ, mas obviamente primando pelo bom senso e pelo bom diálogo, vamos provocar uma reunião da vossa excelência com os membros da Comissão de Justiça, para que juntos numa reunião, pudéssemos deliberar sobre o tema. - Vereador Rui Capelão: Fico agradecido. **ORDEM DO DIA:** - Presidente: Em primeira discussão o Projeto de lei nº 30/2016 de autoria do vereador Gugu Bueno, que autoriza a concessão do Marco Leonístico pelo Lions Club de Cascavel, na forma que especifica. Em discussão o Projeto. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; Projeto de lei aprovado em primeira votação pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos pra primeira discussão do Projeto de lei nº 36/2016. Esse é de autoria do vereador Aldonir Cabral do PDT, ele denomina de Nelson da Cunha uma rua no município de Cascavel. Em discussão o Projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Aldonir Cabral. – Vereador Aldonir Cabral: O Projeto de lei 36/2016 de minha autoria denomina de Nelson da Cunha, uma rua no município de Cascavel. Nelson da Cunha, nascido na cidade de Foz do Iguaçu em 3 de dezembro de 1925, filho de Iran da Cunha e Sarah Anzoateghi, família pioneira da região. Seu pai foi tenente coronel da reserva Prestes, conforme relata a enciclopédia Barsa. Casou-se com Aoly Picksius e tiveram três filhos. Foi eleito vereador em Cascavel, no ano de 1957. Sempre foi humano e atendia a todos os que o procuravam em busca de auxílio, principalmente com problemas de saúde, pois não havia atendimento médico adequado nesta região. Ajudou muitas famílias a buscarem tratamento na capital de nosso Estado, custeando inclusive com recursos próprios essas viagens, ficou por isso conhecido como pai dos pobres. Foi presidente do Tuiuti Esporte Clube no ano de 1959 a 1960, tendo sido homenageado com um diploma de honra ao mérito pelo Clube no ano de 1978, honraria que foi entregue a sua viúva. Deste modo justifico esta proposição, como forma de honrar a memória deste pioneiro, que tanto contribuiu com Cascavel, em especial a família que até o dia de hoje, aqui reside contribuindo com o desenvolvimento de nossa amada cidade. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Pedro Martendal: Queria também parabenizá-lo vereador, por ter tido esta iniciativa de prestar esta homenagem, acima de tudo, merecida. Pelo currículo que o senhor acabou de fazer, a leitura: eu acho que isso é apenas uma amostra do que essa família, já fez por Cascavel. Temos vínculos de amizade com a família há mais de 20 anos e o Paulo é rotariano, do Rotary Club Cascavel Primavera, atuante e toda a família sempre envolvida nas ações sociais da nossa cidade; então este tipo de homenagem eu tenho certeza que a nossa Câmara de Vereadores faz um reconhecimento merecido. Portanto, desde já eu já manifesto o meu voto favorável. – Vereador Aldonir Cabral: Agradeço. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Claro que também é papel desta Casa, ainda mais como o caso que nós estávamos vendo aqui, de um homem



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que deu também a sua vida pelo Município de Cascavel. Consta aqui na justificativa que foi vereador em Cascavel no ano de 1957 e presidente do Clube Tuiuti. Então cumprimentar a família que está aqui, cumprimentá-lo também, por trazer à memória e mais uma vez escrever nos anais desta Casa o nome do senhor Nelson da Cunha que, com certeza será oportunizado um momento para nominar uma rua na cidade. E parabenizá-lo pela lembrança que o senhor está trazendo que, vai se transformar em lei nesta manhã. Obrigado! – Vereador Aldonir Cabral: Em especial, a esposa desse grande vereador agradeço pela presença e de todos os familiares. Peço voto favorável, senhores vereadores. – Presidente: Parabenizar o vereador Aldonir Cabral porque, embora hoje todos nós possamos testemunhar a grandeza desta cidade de Cascavel, uma metrópole que com toda certeza tem como destino ser uma das maiores cidades do nosso Brasil, mas esta cidade teve início, teve uma história e contar a história daqueles que fizeram a nossa Cascavel, na verdade é valorizar o futuro da cidade. Eu quero aproveitar a presença da família do seu Nelson da Cunha e convidá-los pra que, compareçam à inauguração do nosso memorial Mário Pereira. Nesse memorial nós tivemos a preocupação de colocar a foto e o nome de todos os vereadores de Cascavel, desde a primeira legislatura. Com toda certeza, lá vai estar um espaço destinado ao seu Nelson da Cunha neste nosso memorial e que, contará com todos os vereadores que fizeram a história desta Casa e obviamente, da história da cidade de Cascavel. Coloco em votação o Projeto de lei nº 36/2016. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos para discussão do Projeto de lei nº 41/2016 de autoria do Executivo Municipal que, altera a Lei municipal nº 6.565 de 17/12/2015, a lei orçamentária anual do prédio da Câmara Municipal de Cascavel no valor de R\$ 55.000,00. Em discussão o projeto. Em votação, os vereadores favoráveis permanentes como estão e os vereadores contrários que se manifestem; Projeto de lei aprovado em primeira votação pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos para a discussão do Projeto de lei nº 43/2016 de autoria do vereador Pedro Martendal do PV, que altera a Lei municipal nº 5.417 de 10/02/2010 que regulamenta as concessões de títulos de utilidade pública, no município de Cascavel e da outras providências. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Eu propus esse projeto, alterando um Projeto que esta mesma Casa criou, alterando apenas a exigência de que teríamos que observar um ano de fundação da entidade. Este artigo, estávamos de certa forma, postergando o início das atividades efetivamente desta entidade. Por vezes, já nós comentamos na tribuna desta Casa, tanto eu como outros vereadores, da necessidade do título de utilidade pública para APAC. Sem que nós façamos esta alteração na nossa lei, não é possível. E enquanto a entidade não tiver o título de utilidade pública, ela não poderá firmar convênios, não poderá ter repasse da Prefeitura e nem mesmo com o governo do Estado. Então se faz isso necessário e nós colocamos em apreciação de vossas excelências, este Projeto após pesquisa nos anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; onde já foi



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

criada, homologada e já está em vigência uma lei de âmbito estadual, igual a nossa lei municipal que espero contar com a aprovação dos senhores e, que exclui essa exigência única e exclusivamente para a APAC. Por que se faz necessário, isto? Pelo histórico da entidade; ela em Cascavel está nascendo, mas no Brasil já tem 43 anos. No Paraná, já está há quatro anos. Eu e mais alguns vereadores tivemos a oportunidade de visitar Barracão, onde que ela já está em funcionamento, então, há muitos anos. É uma entidade que só traz benefícios. Uma pessoa sentenciada, cumprindo a sua pena numa penitenciária tradicional terá um custo aproximadamente de 4 salários mínimos e na APAC, este custo cai para 1 salário mínimo. Quem paga esses 4 salários mínimos de manutenção de uma pessoa em uma penitenciária, somos nós. Economicamente é um grande negócio e também, ressalto aqui a efetividade da recuperação. Enquanto nas penitenciárias tradicionais a recuperação é muito baixa, não chega a 10%, e o pior de tudo os dados levantados; esses 90%, pessoas que cumpriram sua pena voltam para a sociedade e, acabam delinquindo; na maioria das vezes em um crime mais grave, mais severo. Como muito bem fala sempre, a doutora Cláudia Spinassi, juíza de Direito desta Comarca, o juiz quando ele sentencia não está decretando pena de morte; porque nós não temos no Brasil. O preso não se desintegra, ele vai pra penitenciária e um dia ele volta de maneira pior ainda do que foi. Infelizmente, não deveria ser assim, mas é o que acontece não em todos; mas na maioria dos casos. No sistema APAC que já funciona, principalmente no Estado de Minas Gerais há 43 anos, esta reincidência beira a zero; então a reincidência é muito pequena, esta pessoa volta para o seio da sociedade realmente recuperada. Se você sentencia 100 pessoas ou 200 pessoas, que é o Projeto, lógico que dentro de alguns anos, que esta unidade que a APAC estará implantando em Cascavel, imagina a economia que vai dar. Como ela recupera em mais de 90%, então de cada 200 sentenciados que cumprirem sua pena, 180 ou mais não estarão mais na rua a cometer qualquer tipo de delito. Nessas condições, nós em sendo aprovado por vossas excelências hoje e amanhã, após passar pelo Executivo, nós estaremos protocolando daí sim, o Projeto de lei que já está pronto, de minha autoria e de autoria do vereador Gugu Bueno, Nei H. Haveroth, Rui Capelão. Na sequência, após este Projeto ser aprovado; nós estaremos daí sim, protocolando o Projeto de lei que concede o título de utilidade pública. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Bocasanta: Com certeza este novo sistema de cumprir pena, realmente vai ressocializar; porque hoje o que acontece no Brasil, essas cadeias aí.. E esses dias vi uma petição lá que, o preso estava apto a ressocialização e, sem uma cadeia dessas, isto não existe. Isso é uma mentira que existe no Poder Judiciário, quando fala que vai ressocializar. Com certeza essa tua lei é muito importante. Eu pediria o voto de todos os nossos colegas, porque chega de fazer cadeias ao invés de fazer hospital e, estão fazendo cadeias. Esse sistema é tipo um sistema familiar, com poucas exclusões e tem muito retorno à sociedade; então é uma lei importantíssima. – Vereador Pedro Martendal: Nós temos um respeito muito grande pela doutora Cláudia, em ter trazido esta ideia pra cá. Já foram a Minas a diretoria, além dessa visita a Barracão, por duas oportunidades foram



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

a Minas Gerais visitar um bloco em cidades lá que já estão há 40 anos funcionando e que realmente estão ressocializando e, colocando essas pessoas que por um motivo ou outro, cometeram um ilícito e foram sentenciados, passaram o seu período na penitenciária e neste caso, passam pela APAC e voltam pra o seio da sociedade. No caso de Barracão, quando lá estivemos, muitos depoimentos de pessoas que estavam trabalhando em determinada empresa, acabando o período de recuperação junto a APAC, a mesma empresa os admitiu como funcionário definitivo, aumentando em 3, 4 vezes o seu salário. Em Barracão, tem pessoas trabalhando em vários setores da sociedade, como: lojas de móveis, no setor empresarial, na construção civil, na atividade rural, fábrica de cadeiras, cafeteria, costura, comércio, material de construção, empacotamento e vários setores da sociedade. Também essa entidade trará algo importantíssimo, porque ela trabalha muito na questão da espiritualidade do recuperando, por isso que a reincidência no crime é quase zero. Porque ele se conscientiza que ele é um ser humano e assim, ele tem que agir. Então, de tudo isso que eu mencionei o mais importante é o lado humano; porque é um ser humano que nós estamos recuperando. Peço, portanto, voto favorável a este Projeto. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu Bueno: A primeira vez que eu ouvi esse negócio da APAC, fiquei de fato um tanto quanto desconfiado. Lembro-me que fui convidado a participar de uma reunião pelo vereador Nei H. Haveroth e o vereador Rômulo Quintino que, tinham levado a doutora Cláudia Spinassi numa reunião com o prefeito Edgar Bueno, justamente para discutir a questão do APAC. Ambos os vereadores, vereador Nei H. Haveroth e Romulo Quintino me convidaram pra ir junto. Chegando lá, quando a doutora Claudia começou a falar das APAC's, olhei pra ela e dei aquele sorrisinho: preso cuidando de preso, confesso que no fundo pensei; esta doutora deve ser comunista. Pensei que ela estivesse imaginando que nós vivemos no País das Maravilhas, mas obviamente que a paixão que eu percebi no olhar daquela doutora, defendendo a sua causa, despertou o meu interesse e a minha curiosidade pra aprofundar essa questão das APAC's. Depois daquela reunião, onde deixei clara a minha primeira impressão negativa sobre esta proposta, deixei claro que pra mim aquilo ali num primeiro momento parecia bobagem; mas devido à ênfase que a doutora Claudia dava pra questão, fui aprofundar, fui estudar, fui ver alguns exemplos do nosso Brasil. E de fato percebi que, talvez seja assim uma alternativa pra este nosso sistema prisional falido que, nós estamos no Brasil. Se tem algo que a prisão não faz é recuperar ninguém; então eu acho que é uma alternativa, uma opção, obviamente tem que ser trilhado com muito cuidado, mas sem dúvida nenhuma é uma alternativa que vale a pena, pelo menos apostar. E pra que a APAC aconteça em Cascavel, nós temos alguns entraves jurídicos e burocráticos: é necessária esta alteração proposta pelo vereador Pedro Martendal e é por isso que, eu uso da palavra para testemunhar que sou favorável ao modelo das APACs e pedir voto também, favorável ao Projeto proposto vereador Pedro Martendal. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaiteiro. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Eu avalio este Projeto como um dos mais importantes que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nós votamos aqui, nesta Casa este ano; porque da mesma forma como o vereador Gugu falou que foi atrás, pra saber realmente o que é APAC, eu também me interessei pelo assunto. E fui conversar diretamente com o presidente, senhor Cícero, pra saber dele realmente o que significa APAC. Juntamente com o meu assessor Maninho, juntamente com nosso vice-prefeito, nós fomos fazer uma visita e conversar especialmente sobre a APAC. Vi os olhos brilhando na pessoa do seu Cícero, aonde ele com muito amor nos falou deste projeto. Um Projeto sensacional trazido pra Cascavel, através da doutora Cláudia Spinassi e com certeza também, com o apoio do prefeito Edgar Bueno; aonde veio para Cascavel então essa APAC, pra fazer com que pessoas importantes e pessoas engajadas ao meio social de Cascavel, como toda a diretoria encabeçada aqui pelo seu Cícero, com certeza farão um grande trabalho frente a esta APAC. Um trabalho de forma voluntária, ninguém está ganhando nada com isso, que é importante, só por amor. Sabendo que nos olhos daqueles presos também, está brilhando a oportunidade de um dia estar com sua família no convívio com sua família. Ali eles vão ressocializar e com certeza, estarão novamente no seio da sua família; então eu uso da palavra para parabenizar a doutora Claudia, o prefeito Edgar, o vereador Pedro Martendal que propôs esta lei que, realmente com certeza todos os vereadores aprovarão; encurtando então um pouco o caminho para decretar então, de utilidade pública esta entidade que no Estado do Paraná ela também, foi decretada de utilidade pública. E também, o governador encurtou o caminho para que isso acontecesse. Então só parabenizar quem está na frente e dizer que, em breve esta entidade estará colhendo frutos e soltando aqui na sociedade, pessoas que realmente queiram viver bem com toda a sociedade de Cascavel. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Ouvindo aqui o pronunciamento dos vereadores, a gente lembra naturalmente daquela primeira reunião que nós participamos, enquanto vereadores, se não me engano estava eu, o vereador Capelão, Pedro Martendal, vereador Nei H. Haveroth, ali na OAB onde foi apresentado mais umas das apresentações que foram feitas do projeto da APAC; a primeira pelo menos que, nós tivemos conhecimento. Uma situação bastante aglutinadora no sentido de buscar força pra se resolver o problema. Temos hoje instalado no Brasil, nas mais diversas áreas e, infelizmente não temos exceção, mas a questão de segurança é uma questão realmente que está carente de um encaminhamento. A questão de segurança é aquela que, está carente de uma solução. É a questão financeira que o Estado não tem condição de bancar e a condição necessária. E o sistema prisional superlotado, a questão agora que surgiu que é, a questão das tornozeleiras, mas todas elas não dão a oportunidade realmente de transformação do indivíduo e, do indivíduo ter uma nova oportunidade de vida e corrigir isso. Essa é a oportunidade que a pessoa tem realmente que: o sistema carcerário, a prisão, o acolhimento realmente é pra transformar a pessoa. A pessoa vai pagar num sistema fechado o crime que ele cometeu naturalmente, mas também deve-se em contrapartida e de forma direta, dar uma oportunidade dele se reintegrar à sociedade, mas se reintegrar à sociedade amadurecido, de uma forma mais coesa, de uma forma



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mais abrangente de fato. O sistema da APAC vem com esse modelo justamente. O cidadão continua pagando pelo crime que ele fez, mas lá ele vai ter a oportunidade de reconstruir, rever o que ele cometeu de erro. Vai ter oportunidade de desenvolver um trabalho e aí sim, ter condição de forma amadurecida de voltar pra sociedade. A pessoa passa lá 20 anos, 15 anos, 10 anos no sistema prisional e aí no outro dia chega a notícia: acabou a sua pena, você vai pra rua e o camarada não sabe por onde começar e, não sabe fazer absolutamente nada. A APAC vem corrigir isso, então o nosso cumprimento. É claro que temos em mão: uma correção, um ajuste legal que precisa ser feito para o reconhecimento de utilidade pública no município de Cascavel. Parabenizar a todos envolvidos e dizer a vocês que, essas ações são de fato, não são apenas na teoria, apenas no papel. Parabéns a vocês! Com toda certeza a Câmara vai aprovar por unanimidade. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Nos vários pontos que tem neste Projeto, há a valorização humana, aonde fala da participação da comunidade. E teve três pontos que me chamou muita atenção. Você pode recuperar um ser humano, através do trabalho; e se pode recuperar um ser humano, através da documentação, colocando ele de novo no mercado; mas há algo muito importante que tem aqui, quando se fala na religião. E até quero adiantar que a Opevel estará com certeza neste Projeto, trabalhando, ajudando e contribuindo. Lembrando que na religião, houve uma época da humanidade que o homem perdeu o contato com Deus pelo pecado, ele perdeu contato com Deus e devido ao tempo, surgiu a religião e religião é religar, ligar de novo o homem com Deus. Daí o homem teve de novo acesso a Deus, contato com Deus através das religiões; independente de qual seja a religião, se ela está com o senhor Deus Todo-poderoso, senhor Jesus Cristo, ela vem de encontro ao que este Projeto traz. E isso é muito importante, porque além de recuperar em todos os sentidos humanamente falando, nós precisamos recuperar essas pessoas também, na sua vida espiritual. Precisamos recuperar a alma dessas pessoas que, são almas machucadas; almas que passaram uma situação muito difícil e precisam ser alicerçadas. Segundo ponto, quando fala em família. Família é o alicerce de todo ser humano; é projeto de Deus. Esse ponto onde fala em família é muito importante, para que possamos recuperar cada uma dessas pessoas no seio da família. Quando olhamos para a situação, cada cidadão tem que pagar o seu crime, seu pecado com a sociedade por um ato que ele cometeu e ele paga, lá no presídio. Quando você recupera essa pessoa, esse ponto aqui é muito importante que, essa pessoa tem que se sentir também, perdoada por Deus. Você ganha um cidadão quando ele é restituído na sociedade, quando ele é restituído também, na sua vida espiritual e no alicerce que pode ser dado, através de Deus e através da palavra; então que Deus abençoe este Projeto. E vai dar certo, porque as entidades estão se envolvendo, vai dar certo. Acredito que também, a igreja Católica também estará envolvida e, outras religiões também serão envolvidas neste Projeto, para que possamos recuperar estas pessoas e trazer de volta ao seio da sociedade, ao seio da família e principalmente à presença de Deus, do Senhor Jesus Cristo, com a alma sarada, curada e libertada para um bom



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

trabalho. Que Deus possa abençoar todos aqueles que organizaram esse Projeto, todos aqueles que estão à frente deste Projeto. Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: A priori, eu sempre vejo com maus olhos quando se cria exceções na lei. A lei tem que ser feita pra todos, mas nesse caso é uma exceção que me chama atenção até porque, já existe a exceção a nível estadual. Nós estamos replicando uma lei estadual e há uma excepcionalidade nesse caso, que a priori eu seria contra; porque entendo que a lei tem que ser geral e quando nós remendamos a lei, ela deixa de ser geral, mas como neste caso há uma replicação da Assembleia, entendo que nós nada mais fazemos que replicar uma exceção que já existe numa lei estadual; por isso votarei favorável. Mas eu queria chamar atenção, não pela questão econômica como foi dito aqui, não porque o preso custa R\$ 2.800,00 no sistema prisional comum e R\$ 1.000,00 na APAC, queria chamar atenção pelos dados de ressocialização. Segundo dados oficiais, na penitenciária do Estado de cada 10 que saem, 8 voltam ao sistema prisional. Na PIC é um pouco melhor, de cada 10 que saem 6 voltam ao sistema prisional. E vocês me apresentam que de cada 10 que saem, 1 volta pra APAC. Fui agente penitenciário e minimamente conheci o sistema carcerário, sei da dificuldade que é recuperar e ressocializar até porque a nossa lógica não é uma lógica punitiva, mas de ressocialização. Então qualquer possibilidade, qualquer brecha que a gente consiga em ressocializar é um ganho imenso: não ganho econômico, porque se fosse necessário gastar R\$ 5.000,00 pra ressocializar que gastassem R\$ 5.000,00. A questão não é esta, a questão é que se gasta e não se ressocializa. Dada essa excepcionalidade que já existe a nível estadual, essa excepcionalidade em relação à questão da ressocialização, mesmo numa pauta que eu votaria contrário; votarei favorável e pedirei voto favorável aos demais vereadores. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: A diretoria é de empresários, vários segmentos da sociedade, eu diria que é uma diretoria de alto nível e de alta capacidade. Também importante frisar que, não tem custo nenhum, toda a diretoria será um trabalho voluntário e sem qualquer remuneração. Inclusive nas suas andanças aí que, o Cícero, o povo e a doutora Cláudia foram a Minas, todos pagos do bolso. Houve um seminário, onde foi feita uma cotização também, pra pagamento dos palestrantes. Agradecer ao Celso pela disponibilidade e lembrá-lo também que, eu mencionei na minha fala que a base é a espiritualidade; mas sempre respeitando a vontade de cada um. Eu mencionei o custo, porque o dinheiro que se gasta lá, nós economizando e esse dinheiro vai pra educação, vai pra saúde, vai pra outros fins; mas fique tranquilo que a base mesmo: é a espiritualidade, é a recuperação. Obrigado. - Vereador Paulo Porto: Peço voto favorável, deixando claro a minha posição. Não posso deixar de concordar com o vereador Gugu Bueno, seu instinto político está correto: é coisa de comunista, até porque se lermos o Evangelho sem intolerância, sem preconceito, sem fundamentalismo tosco, no Evangelho é que se encontra o melhor do comunismo. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. - Vereador Nei H. Haveroth: Parabenizar o vereador Pedro Martendal pela iniciativa do Projeto que dá



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

essa exceção a lei, já autorizada por esta a Casa de contemplar a APAC de uma maneira especial dentro do Projeto de lei. Tendo em vista que a Constituição Federal nos alerta que a segurança pública é dever do Estado e obrigação de todos, esta Casa não pode se furtar de também, contribuir nestas ações que podem ser feitas aqui; embora em forma de exceção, mas temos que dar nossa contribuição. Sempre tenho falado que a solução do sistema prisional do Brasil só vai ser, quando mudarmos um pouco a direção daquilo que temos, hoje. Infelizmente vemos a omissão dos governos nos últimos anos, tanto federal, estadual e uma perspectiva de mudança mais objetiva e mais rápida de sistema que toda a sociedade percebe que está falido; então acredito que a Justiça precisa mudar o rumo. E ao invés de liberar aqueles que cometem infração; criar sistemas prisionais por tipificação do crime. Aí a ressocialização do cidadão ou daquele que infringiu a lei, estaria muito mais acessível à própria ressocialização. O modelo que nós temos está falido. Nesse momento Vereador Pedro, a APAC por iniciativa até da própria Justiça, dá o primeiro pontapé. Acho que de diversos passos que temos que dar que, se inicie com a APAC, um modelo diferenciado de tratamento do sistema prisional; mas isso não basta. É preciso que também, levemos Isso a uma amplitude maior de tratarmos essa questão do sistema prisional, como um sistema urgente no País, porque vemos no dia a dia a situação nacional, na nossa região, os problemas no sistema prisional. E é possível resolver esses problemas, desde que haja vontade política e aí cabe sim, à Justiça brasileira de interferir neste caso, cobrando a responsabilidade do Poder Público, no sentido de transformar o sistema prisional brasileiro. Então, quero manifestar meu voto favorável ao Projeto nº 43, porque ele dá esse passo e a nossa contribuição desta Casa pra buscar uma solução no sistema prisional que, temos na realidade. Obrigado! – Presidente: Em votação, o Projeto de lei nº 43/2016. Proceda a votação nominal, senhor primeiro secretário. (Não houve voto contrário) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaiteiro, Jorge Bocasanta, Ganso Sem limite, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli, João Paulo de Lima, Pedro Martendal, Professor Paulino, Rui Capelão, Waldir Severgnini, Paulo Porto, Vanderlei Augusto da Silva, Romulo Quintino, Nei H. Haveroth e Robertinho Magalhães) – Secretário: 19 votos favoráveis e nenhum contrário. – Presidente: Com 19 votos favoráveis e nenhum contrário, aprovado em primeira votação o Projeto de lei nº 43/2016. Finda está à matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores, para pronunciamento de interesse público. A primeira inscrição é do vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Abro mão da palavra. – Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: A fosfoetilonamina foi uma matéria de capa da revista Veja, neste final de semana e agora, no programa Fantástico de domingo. Somente os mais esclarecidos que costumam filtrar com a prudência as informações que são veiculadas pela imprensa é que notam algo de errado. As matérias deixam claro o incômodo e mesmo o pavor da indústria farmacêutica, diante dos recentes resultados promissores veiculados pelo Ministério da Ciência e



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Tecnologia sobre a substância. Pagam-se milhões para fixar pesquisa e distorcer fatos. Também assim se ganha muitas campanhas políticas e a pior coisa que existe em uma democracia é a disseminação do engodo, do erro ou a manutenção da ignorância, em especial quando é amplificada por veículos que utilizam a população como manobra para atingir o que se quer. O Fantástico ficou feio: identifico alguém que faleceu de câncer (morto não fala,) e atribuo sua morte a substância que quero denegrir, pego logo a fala de um oncologista que compartilha das gordas comissões das farmácias e pronto. Jornalismo sério descreve os fatos e apresenta as versões e não a versão que se quer passar. A opinião é minha e não de quem anuncia. Agora, vamos à versão que ocultam de vocês: a real motivação da reportagem está ligada ao avanço dos testes com a fosfoetalamina sintética, realizados pelo governo federal por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia. Os testes alcançaram resultados científicos enfáticos sobre a toxicidade da substância. A Indústria Farmacêutica lucra 100 bilhões de reais com a quimioterapia, radioterapia e cirurgia e a ela não interessa um concorrente eficaz e barato. A proposta do ministro da Ciência e Tecnologia era de se comercializar como suplemento alimentar. A proposta foi recusada pelos pesquisadores, pois se a substância faz mal, então não pode ser comercializada. O que eles não esperavam é que mentores são contra a liberação como suplemento e, exigem que todos os testes sejam conduzidos até o final, com a utilização de metodologias corretas. Cinco pesquisadores estão há mais de uma década enfrentando tudo e todos: nas audiências públicas que foram realizadas na Câmara, no Senado e foi uma verdadeira aula de ciência para médicos e oncologistas e pra nós que pudemos participar. Ninguém conseguiu rebater os argumentos: os testes também já demonstram que é promissor em testes feitos com ratos, com a diminuição eficaz de marcadores tumorais e o quimioterápico Kaelex tem na sua composição a fosfoetalamina. Não se ignora a necessidade de atendimento das etapas de testes e protocolos que devem passar uma substância, para ser considerada medicamentosa. O tempo médio para os testes clínicos do Brasil é homicídio generalizado. Mostrar um resultado do julgamento do Supremo Tribunal Federal como se fosse 10 a 1 e não 6 a 4, decisão essa tomada em caráter liminar. São mais de 15.000 liminares, apenas no Estado de São Paulo, a exemplo das que estão sendo concedidas em todo Brasil, no bojo de ações ajuizadas. O que aconteceu com a magistratura? Laudos médicos que estão sendo juntados no processo, após o uso da fosfoetalamina e que demonstram os fins terapêuticos. A medida que estão juntados os documentos a convicção do magistrado se cristaliza e começa a concessão de novas liminares. Temos para muito além de 20 mil pacientes que fizeram uso da fosfoetalamina e vocês não acham que eles deveriam ser ouvidos? Percebo que colocaram a reportagem estrategicamente antes de outra, que fala sobre apreensão da droga sintética. Registre-se que imbuído desse espírito protetivo, a corte constitucional da Colômbia em casos que envolviam doentes terminais, decidiu que existia um direito fundamental à que fossem tentados tratamentos experimentais; ainda que não aprovados pelos órgãos reguladores, por se tratar de um direito inerente à dignidade humana. Lassala considera que é bem



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

fundamental e guarda em suas origens em relação aos submissos aos tratamentos e procedimentos e ainda trata no desfecho do artigo 94 superior e, destaca-se: ademais que o aludido direito tem sido objeto de recentes alterações legislativas, inclusive nos Estados Unidos pelo menos em 20 Estados norte-americanos foram aprovadas leis, autorizando os enfermos terminais a terem acesso aos produtos em investigação. No dia 29 vai ter uma mobilização no Brasil inteiro, inclusive nós na cidade de Cascavel e não deixaremos passar em branco; porque eu vejo que é uma necessidade do clamor popular. Os médicos que entraram com essa ação na AMB, que é uma associação... Tenho que aqui não falar em caráter de todos os médicos, mas dos médicos que não pensam no bem comum, que estão travando inclusive, medicações que possam pegar relatos de pessoas que estão utilizando esse composto que ainda não é medicamento. Então dia 29, domingo nós vamos fazer uma concentração em frente à Prefeitura Municipal, uma manifestação pacífica, uma manifestação de apoio aos portadores de câncer. E eu convido a todos os vereadores, a Frente Parlamentar da Saúde, enfim, a imprensa, as pessoas que não puderem vir, aqueles que não tem câncer, mas que já tiveram na sua família, aquelas pessoas que estão passando por isso; porque realmente nós não vamos parar, enquanto não se for julgado o mérito. Nós não podemos desistir até porque a semana passada, o STF já julgou a liminar dessa Associação Brasileira de Medicina e nós ainda temos a convicção que nós vamos ganhar; porque como eu disse: faltam alguns testes, falta, mas se aquela pessoa que o médico já desenganou e sabe que está contando nos dedos os dias da sua vida... Portanto acho que é incomparável como o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia disse que não tem toxicidade, o porquê não liberar essa medicação e, esse composto pra as pessoas? Portanto, convido a todos para que neste domingo, à partir das 9:30, estaremos em frente ao Paço Municipal com todas as pessoas de bem, todas as pessoas que estão desejando, inclusive a melhora dos seus pacientes, dos seus amigos, dos seus entes queridos. Portanto, eu conto com o apoio desta Câmara, o presidente já se manifestou nos dando total apoio. O vereador Romulo Quintino vai convocar também, a Acamop para que se faça presente; enfim todos os movimentos, todas as pessoas de boa vontade, para que neste domingo nós possamos dizer sim, como as outras cidades farão. Cascavel também não pode ficar fora dessa. Era o que tinha. – Presidente: Com a palavra vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Temos feito nossas falas de maneira bastante incisiva em alguns pontos e, naturalmente nós as fazemos quando atuamos como alto-falante ou como representante, naturalmente eleito pela população, por um determinado segmento da população, por uma determinada região e naturalmente cada vereador desta Casa tem a sua área de atuação, tem a sua área de abrangência o que é muito natural. O que me traz especificamente hoje aqui é pra falar sobre uma grande necessidade que o nosso município tem, uma grande necessidade que na verdade já foi feita uma grande construção, na evolução e na melhoria das condições, no quantitativo de vagas e também, na qualificação dos profissionais: que é a questão das vagas de Cmei. Se pegarmos um número de 2009, nós tínhamos em Cascavel um quantitativo de apenas



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

2.000 vagas de Cmei, o que representava uma fila gigantesca nos Cmei's. Não podemos deixar de mencionar, logicamente o avanço gigante que foi dado nessa área da Educação Infantil, porque hoje nós contamos com o número de aproximadamente 7.000 vagas. Então quando em 2009 tínhamos 2.000 vagas; agora nós caminhamos para um quantitativo de praticamente 7.000 vagas e, nós mais do que triplicamos o número de vagas em pouco tempo. Há de ser considerado, naturalmente agregado ao aumento, ao triplicar das vagas aumentou também a questão da manutenção, a questão dos investimentos tanto da obra física como dos profissionais que, naturalmente são contratados, são concursados e que com dignidade ganham o seu pão. Mas também é inegável que nós precisamos avançar e, que nós precisamos resolver um grande problema social que, nós estamos vivendo. Semana passada mesmo, nós vimos algumas reportagens da imprensa local, aonde noticia um grande número de pais e mães que estão indo judicializar a questão e estão indo buscar o Poder Judiciário para ter o seu direito garantido. O que é muito natural, que é muito pertinente e, aliás, é um direito de todo cidadão. Se assim não fosse, eles não teriam e não gozariam deste direito. E não com espanto, pelo contrário, com muita frequência, eu falo por mim e acredito que por todos os vereadores desta Casa, as pessoas muitas vezes pela falta da informação ou da informação precisa, elas buscam, elas acessam os vereadores pra "conseguir uma vaga de Cmei" e nós temos que fazer o nosso papel. Qual é o nosso papel? Oficializar minimamente a Secretaria de Educação para que providencie uma vaga, pra que esclareça em que lugar que ela está na fila, para que ela possa naturalmente fazer um planejamento mínimo; acerca da condição do seu filho, acerca da condição do seu parente que precisa de uma vaga no ensino infantil. Somos acessados pela população e com muita frequência, buscamos a Secretaria de Educação, mas é claro que sem sucesso; porque nós não temos a disponibilidade de vagas para que essas crianças sejam de fato matriculadas. Então, mais uma vez considerando esse avanço gigantesco de 2.000 pra 7.000 vagas, mas nós contamos ainda com uma fila de praticamente 3.000 crianças que estão na fila à espera por uma vaga. Então eu venho propor e foi alvo de uma conversa naturalmente que, tivemos a semana passada com o jornalista Maleski, da Gazeta do Paraná, uma conversa informal e, foi alvo de uma reportagem ontem, na Gazeta do Paraná essa nossa conversa, essa nossa proposta. Temos 52 unidades de Ensino Infantil e temos quase 3.000 crianças na fila. Temos uma crescente busca, ainda mais agora dada também à crise que o País foi imerso nos últimos tempos e, naturalmente os pais precisam trabalhar, precisam buscar o seu alimento; mas como está o mercado de trabalho, hoje é a grande questão: está fechado. Esperamos aí que o ano que vem, as coisas comecem novamente a funcionar, mas não temos uma boa expectativa e infelizmente, não podemos tapar o sol com a peneira, mas o feijão, arroz, macarrão, na mesa; disso não se abre mão, porque é uma questão de subsistência. E dentro desse foco é que os pais precisam buscar o seu emprego; porém tem uma criança que está ali esperando, tem uma criança que depende de forma fundamental do cuidado do pai ou da mãe e com quem fica essa criança? Aí é que fica a grande pergunta: às vezes um avô acolhe,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

um parente acolhe, ou o pior: ela tem que pagar pra que essa criança seja cuidada, só que ao pagar pra essa criança ser cuidada, ela troca o 6 pela meia dúzia, ou seja, o salário que ela recebe lá no seu trabalho, ela tem que repassar para cuidadora da sua filha; então é melhor a mãe ficar cuidando do filho e da filha do que pagar para um terceiro. Nós estamos buscando uma solução, nós estamos buscando uma proposta, estamos buscando um escape pra essas famílias, pra essas mães e pais. Então, nós fizemos um estudo muito aprofundado e eu agradeço a minha assessoria que cuidou dele com muito empenho, de forma técnica e cuidadosa. Nós temos que buscar uma resposta pra sociedade: a construção física dos prédios está limitada. Estou conversando com a Secretaria de Educação há bastante tempo e infelizmente, semana passada eu fui alcançado pela notícia de que não vai construir o Cmei tão esperado no Jardim Universitário (o bairro com a maior fila de espera): mas as crianças estão lá, as famílias estão lá e, então a construção física é um grande desafio pra o município. Então, por que nós não abrimos uma conversa, a inclusão no orçamento para o ano que vem? Claro que, este ano o orçamento está todo comprometido e não podemos negar isso, mas nós precisamos buscar minimamente um prazo, para que as famílias sejam atendidas: a inclusão no orçamento. Vamos trabalhar agora, a questão do Projeto, da indicação, enfim o estudo está todo feito pra que de fato o município talvez, tenha que pagar. Vejam bem, hoje o município paga cerca de R\$ 500,00, R\$ 446,14 é o custo de criança no ensino infantil; e R\$ 5.353,00 por ano, então é um recurso, claro que gigantesco. Claro que de grande monta, R\$ 5.353,00 por criança matriculada no Cmei's/ano. Nós temos algumas situações: quanto que pode ser pago? A iniciativa privada está aí, até por causa da questão da crise econômica e também, está sobrando vaga e a despesa está lá fixa. Quais são os limitadores que nós vamos colocar nessa discussão? É claro que quando nós estamos falando de público é público, todo mundo tem acesso, mas nesse novo modelo é de bom senso e, é claro de bom tom que quem tem condições de pagar, que ele não seja também beneficiado com essa parceria público-privada como foi divulgado. Temos que buscar uma solução enfim, essa é a nossa proposta, essa é a nossa fala e esperamos uma solução. Então essa discussão vai estar aberta, vamos promover audiência pública pra selar esse problema na cidade. Obrigado! – Presidente: Vereador Jaime Vasatta, vou lhe passar a presidência porque vou usar da palavra. – Vereador Gugu Bueno: Eu não posso deixar de usar a palavra nesta manhã, motivado que estou com a indignação, quando vi a decisão do STF. E só me veio uma palavra em mente: maldito seja este STF, malditos sejam estes ministros que derrubaram a fosfoetanolamina por 6 a 4. Os senhores ilustríssimos ministros: senhor Marco Aurélio Mello, Luís Roberto Barroso, ministro Teori Zavascki, Luiz Fux, Carmen Lúcia e o famoso Doutor Ricardo Lewandowski atuaram naquele momento em que deram o seu voto como verdadeiros carrascos da Idade Média, sentenciando à morte milhares e milhares de pessoas que nesse exato instante, estão sem nenhuma esperança. Esta luta que tivemos o privilégio de começarmos junto com vereador João Paulo, vereador Jaime Vasatta ainda lá no ano passado, quando a fosfoetanolamina ainda nem era muito discutida no nosso Brasil. E ela me deu algumas oportunidades e



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

uma delas é ter conhecido pessoas que, lutavam pela fosfoetilonamina e na verdade, estava lutando pela sua vida. Foram dezenas de testemunhos que eu presenciei pessoalmente de pessoas que estavam simplesmente sem nenhuma esperança mais. O médico já tinha mandado pra casa, porque os tratamentos tradicionais simplesmente não surtiam mais efeito e, ela pedia pelo amor de Deus pra tentar a fosfoetilonamina. E penso eu: que direito que temos nós, seja vereador, governador, presidente da República, ministro do Supremo Tribunal de dizer a uma pessoa que, ela não tem o direito de lutar pela vida? Não estamos querendo obrigar ninguém a tratar pela fosfoetilonamina. É só pra aqueles casos terminais, quando o tratamento tradicional não tem mais nenhum efeito e que a pessoa por opção, por escolha, resolve tomar a fosfoetilonamina. O vereador João Paulo de Lima já falou dezenas de vezes nesta tribuna: nós temos milhares de relatos de casos, onde a fosfoetilonamina fez efeito imediato. É evidente que nem todos, mas em alguns teve e lógico que tem que se pesquisar, tem que verificar qual o câncer que é melhor combatido pela fosfoetilonamina ou não, tem que aprofundar esses estudos. É evidente, mas pra aquelas pessoas que estão sentenciadas à morte, não pode esperar. Nós não temos o direito de olhar pra essas pessoas e falar: você vai morrer. E é isso que os ministros do Supremo Tribunal fizeram, na semana passada: atuaram como o carrasco, e recebendo ordem da Associação Médica Brasileira essa máfia. Evidentemente que temos bons médicos, como tem bons advogados, mas evidentemente que existe uma máfia que funciona à base de muito dinheiro, muita influência; então senhores vereadores, eu preciso vir a essa tribuna nesta manhã, pra dizer que no mínimo fiquei envergonhado de ser brasileiro, na semana passada. Envergonhado, porque nós que tivemos a oportunidade de conhecer os pesquisadores pessoalmente, vimos que eles já receberam inúmeras propostas do exterior para desenvolver a fosfoetilonamina em algum País de primeiro mundo. E agora chego a pensar que talvez, seja o único caminho, porque a humanidade tem direito a fosfoetilonamina. Não só brasileiros, mas essas pessoas que estão morrendo sem ter uma esperança. Então eu precisava fazer este desabafo e, peço desculpa aos senhores vereadores: mas essa sensação que fiquei desde a semana passada pra cá... maldito seja esse STF. É evidente que não somos ingênuos, é óbvio que o sistema existe, sabemos da influência, do tráfico de influência e do *lobby* existente; mas nessa questão que trata da vida o *lobby* não poderia prevalecer, não mesmo. Eu lembro de um testemunho de uma senhora que, numa das audiências públicas que participamos, discutindo a fosfoetilonamina, disse uma coisa que me marcou pro resto da vida, ela disse: “a sentença eu já tenho, estou sentenciada à morte, o meu médico faz 30 dias que me mandou pra casa; porque eu não reajo mais a quimioterapia, radioterapia, a nada. Eu já tenho a sentença dada. O que eu quero é uma esperança e a fosfoetilonamina representa essa esperança.” Que direito nós temos de olhar para um ser humano como este e falar: não! Você vai morrer. É isso que os ministros fizeram, na semana passada; então fica o meu repúdio, a minha raiva e evidentemente que eu como democrata que sou, sempre tento dar a importância, relevar, apostar no diálogo, na conversa, mas às vezes a indignação é



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

santa. E nesse momento, neste caso a indignação é santa contra esse maldito STF. Obrigado! – Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: O Paraná está de parabéns e, o Paraná mais uma vez se destaca. O deputado Fernando Giacobbo, segundo vice-presidente da Câmara de Deputados, presidiu na última sessão da Câmara Federal, aquela sessão; presidente estadual do Partido da República, inclusive lembrando que o escritório do Partido da República se encontra na cidade de Cascavel. Presidiu uma sessão legislativa na última quarta-feira, dia 10 e foi muito elogiado por parlamentares da base aliada e da oposição. Quero citar algumas dessas pessoas que, elogiaram o deputado Giacobbo, como: Sílvio Costa PCdoB, Alberto Fraga DEM, Ariel Machado da REDE e Fernando Francischini do PSD. Em tempos de Lava jato, em tempos que políticos estão preocupados com o japonês e, chegam a sonhar com o japonês, o deputado Giacobbo é ficha limpa e não possui nenhuma ocorrência judicial. E foi a maioria neste dia de votação, que ressaltou que Giacobbo tem qualidades necessárias para conduzir os trabalhos da Casa. Giacobbo conseguiu nessa sessão acalmar os ânimos do plenário em momentos de tensão e discussão. Colocou em votação e conseguiu aprovar medidas provisórias, a nº 702/2016 que autoriza o ingresso forçado de agentes de combate a endemias em imóveis abandonados, para execução de ação de combate ao mosquito transmissor da dengue e da febre chikungunya e do zika vírus. Outra proposta aprovada neste dia foi a medida provisória nº 706/2015 que aumenta de 30 para 210 dias o prazo para distribuidoras de energia assinarem aditivos de contratos com o Ministério de Minas e Energia para prorrogação e concessão do serviço. O deputado Giacobbo está honrando o Paraná, o deputado Giacobbo além de ser um dos deputados que mais verba trouxe pra nossa região é um deputado que contribui com todas as áreas da nossa cidade, inclusive muito na saúde e na agricultura. Hoje está representando o Paraná lá no comando do legislativo Federal. Também o deputado Giacobbo reuniu-se com o presidente interino Michel Temer, pra tratar sobre agenda de votações da Câmara dos Deputados e assuntos que envolvem todo o nosso Brasil e também, o Estado do Paraná. Então queira ou não queira senhores, hoje nós temos que reconhecer: o deputado Giacobbo está honrando o Paraná e, está honrando a nossa região. (-Um aparte) Pois não. – Presidente: Preciso usar da palavra neste momento, justamente pra externar o orgulho que senti na semana passada, ao assistir uma sessão do Congresso Nacional quando tínhamos lá presidindo a sessão, o deputado Fernando Giacobbo do nosso Partido, da nossa Cascavel, da nossa região, do nosso Paraná. Num momento tão conturbado da nossa República, pude perceber a sua importância, sua liderança. Ele no momento que conduzia a sessão, inclusive era elogiado por deputados de todos os Partidos da oposição: deputados do Temer, do PT, até do Eduardo Cunha, enfim de todos os segmentos da Câmara dos Deputados elogiando e deixando claro que, o deputado Giacobbo tinha sim, totais condições de presidir aquela Casa. Para nós é uma vitória ter uma pessoa próxima a nós, num cargo tão importante da República; porque este cargo acaba na verdade se transformando em obras importantes pra Cascavel e pra região oeste do Paraná. E assim o deputado age, desde o seu primeiro mandato e,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

coloca o seu mandato a serviço da população. Ele que já tanto fez pra Cascavel e pela região oeste do Paraná, tenho certeza que agora, terá condições de fazer ainda mais, muito mais, ocupando uma função tão importante como é presidir de fato, porque na verdade hoje é o presidente de fato da nossa Câmara dos Deputados, o nosso deputado Fernando Giacobbo. Obrigado! – Vereador Celso Dal Molin: Obrigado! Outro fato que nos preocupa muito aqui em Cascavel e todos os municípios não só do Paraná, podemos colocar do nosso Brasil, é o fato do Movimento Sem Terra que agora está tendo uma situação, onde está havendo uma reintegração de posse de algumas áreas. Sabe o que está me preocupando muito e como Cascavel, como vereadores desse município nós temos que ficar atentos, para onde vai esse povo que está saindo dessas terras invadidas: pra onde vão? Virão para os municípios? Teremos um problema ali na frente se, as pessoas não tiverem pra onde ir e, tiver que vir para a nossa cidade rodeando a cidade; então nós temos que pensar nisso, desde já. E é uma situação que tem que ser analisada, para que quando isso acontecer nós tenhamos uma solução para tipo de situações como essa. Tivermos um governo que ficou 13 anos no poder, o Governo do PT, e não resolveu o problema do Movimento Sem Terra, não resolveu o problema agrário deles, e agora mudou este governo, há um governo interino e esse problema vai surgir e vai sobrar para as cidades. Então esta Casa de Leis representando Cascavel tem que estar atenta a isso e, já pensar nessa situação; porque logo nós temos que resolver mais essa situação. – Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Eu gostaria primeiramente de, me referir a um comentário feito na TV e na rádio CBN Cascavel e Capital FM, se referindo ao Hospital Regional onde eles faziam uma visita lá nesse hospital e, se depararam com situações bastante graves. Como segundo eles, um lixo hospitalar estava misturado com o lixo comum, o que não se pode admitir. A comida estava em local inadequado e até as macas estavam sujas de sangue; portanto, eu acho que é uma situação realmente um pouco grave e até tentaram tirar o repórter de lá de dentro do hospital, para que ele não continuasse a fazer o seu trabalho e a reportagem mostrando essa incoerência da saúde. Portanto, eu gostaria de pedir aí a Comissão de Saúde que tomasse alguma medida, nesse sentido. Nós temos também, além da Comissão, o Conselho, a Frente Parlamentar da Saúde também, que pode tomar algumas medidas; porque é impossível hoje nós aceitarmos determinada situação que possa levar a determinados riscos, já dentro do próprio hospital com essas irregularidades. Imagine fora, os problemas ambientais que estarão ocorrendo por essas razões. Eu gostaria de levantar essa questão e parabenizar até os repórteres da Rádio CBN Cascavel e Capital FM que, realmente têm prestado um grande serviço a nossa população tentando buscar a verdade e transmitir pra toda a nossa população; muito embora, muitas vezes estão sendo barrados e tolhidos no próprio trabalho que desenvolvem. Sempre fui uma pessoa bastante criteriosa nestes comentários e muitas vezes até defendendo o nosso secretário, o nosso diretor aí da 10ª Regional de Saúde, mas quando existem essas irregularidades, eu não tenho medo de fazer qualquer levantamento a respeito, inclusive conversar com o doutor Miroslau pra saber o que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

está ocorrendo ou com o próprio diretor do hospital, onde podemos fazer uma visita e tentar buscar uma situação coerente e ver o que está errado, nesse sentido. Se é falta de funcionários e/o que está ocorrendo dentro do nosso Hospital Universitário. A outra questão que eu iria comentar era sobre os pareceres, mas já chegamos a um consenso com senhor presidente de fazer uma reunião e, tentarmos buscar uma forma de solucionarmos as questões mais caseiras em nossas salas, para que a população não seja prejudicada com os Projetos. E que os Projetos que estão sendo barrados, todos eles são Projetos que têm interesse aos bairros. E só quem mora nos bairros que tem esse compromisso de levar o que há de melhor para nossa população. Era isso. Muito obrigado! – Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Abro mão da palavra. – Presidente: Sendo a inscrição do vereador Cláudio Gaitero a última do dia, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às onze horas e quatorze minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo secretário e pelo presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário